

Os novos cursos de graduação

O avanço da tecnologia e a globalização econômica estão levando as universidades brasileiras a rever seus cursos de graduação, a redefinir suas linhas de pesquisa na pós-graduação e a desenvolver novos projetos pedagógicos. Essa mudança começou timidamente no final do século 20, com a criação de cursos tecnológicos, e ganhou corpo na primeira década do século 21, com o surgimento de bacharelados não convencionais, em áreas como biodiversidade, meio ambiente e energia.

Com o alargamento das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento de novas fontes de energia e a diversificação da economia, propiciados pela expansão da informática, algumas profissões tradicionais desapareceram e outras acabaram surgindo. E, à medida que o mercado de trabalho se tornou mais flexível e mutante, as instituições de ensino superior se viram obrigadas a criar cursos superiores novos e específicos – como bioinformática, engenharia de energias renováveis e agroecologia – ao lado dos cursos tradicionais, como direito, administração e ciências sociais, que proporcionam uma formação clássica e generalista.

Com menor duração e menor abrangência acadêmica, os primeiros desses novos cursos foram lançados por universidades privadas e confessionais com o objetivo de atender a demandas conjunturais de mão de obra qualificada em alguns

setores da economia. Como eram experimentais e tinham forte apelo de marketing, alguns desses cursos acabaram frustrando os alunos, registraram alto índice de evasão e não sobreviveram a mais de uma ou duas turmas.

Mas o mercado não deixou de exigir profissionais com uma formação cada vez mais sofisticada, e isso estimulou as universidades públicas e as maiores universidades privadas e confessionais a investir na oferta de cursos de caráter interdisciplinar. Esse foi um dos fatores que levaram a USP a criar o câmpus da zona leste,

O progresso demanda novos cursos superiores, mas nem todos são úteis e bem orientados

em 2005, oferecendo somente cursos novos. No Norte do País, as universidades federais passaram a oferecer cursos que dão prioridade às peculiaridades regionais, mesclando agronomia e zootecnia e valorizando o inventário florestal da Amazônia. Em Minas Gerais, algumas universidades aperfeiçoaram a graduação em tecnologia de alimentos, oferecendo, por exemplo, o curso de Ciência de Laticínios. E, no Rio Grande do Sul, de olho na construção de parques eólicos, a Universidade Federal do Pampa criou no câmpus de Bagé um curso de engenharia elétrica que valoriza mais as atividades de gestão do que as de geração de energia.

As entidades empresarias há

muito tempo reclamam da falta de pessoal com formação superior, qualificado nas principais áreas da economia, e apontam para o risco de um apagão de profissionais nas novas áreas do conhecimento. Para orientar as universidades, o Ministério da Educação (MEC) começou a elaborar um mapeamento do mercado, com o objetivo de identificar as carências por região e áreas de conhecimento. Voltada para as engenharias, a primeira parte do projeto deve ser concluída dentro de dois meses – as partes restantes deverão estar prontas até dezembro, quando o MEC deverá sugerir às universidades os cursos a serem criados.

Embora as instituições de ensino superior tenham autonomia para decidir os campos profissionais em que irão atuar, o MEC e as agências de fomento à pesquisa querem evitar desperdício de recursos e iniciativas de duvidosa utilidade. Isso, por exemplo, aconteceu com o bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades da Universidade Federal da Bahia. Criado há três anos, com base num programa que inclui disciplinas como feminismo, relações de poder e orientação sexual, ele ainda não consegue preencher as 50 vagas oferecidas anualmente.

Arestruturação das universidades é um fenômeno que vem ocorrendo no mundo inteiro. Para os especialistas em educação, o que deve prevalecer nas mudanças é o bom senso dos órgãos colegiados, nas universidades públicas, e dos mantenedores, nas universidades privadas e confessionais.